

Procuradoria da Fazenda recupera R\$ 5 bilhões

À frente de uma cruzada contra os devedores contumazes, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) recuperou R\$ 5,09 bilhões aos cofres da União entre janeiro e agosto deste ano. O dinheiro, referente às dívidas de pessoas e empresas, é 21,06% maior que a recuperação créditos feita no mesmo período do ano passado. De janeiro a agosto de 2002, a PGFN havia recuperado R\$ 4,2 bilhões.

Do total recuperado este ano, R\$ 25 milhões vieram de devedores de Brasília. O dinheiro resgatado, tanto de brasilienses quanto devedores do resto do país, tem origem variada: tributos que não foram recolhidos; contratos com a União que não foram honrados; recebimento de dinheiro indevido por parte de servidores; multas de tributos; e multas eleitorais.

De acordo com o procurador-geral, Manoel Felipe Rêgo Brandão, a expectativa neste ano é alcançar uma marca recorde e recuperar R\$ 7 bilhões em créditos até o último dia de dezembro. Ao longo de 2002, a PGFN recuperou R\$ 6,8 bilhões. A missão da PGFN é reduzir o estoque total da Dívida Ativa da União (DAU), de R\$ 194,9 bilhões. Segundo o procurador da Fazenda Nacional e coordenador-Geral da DAU, Agostinho Netto, 75% do dinheiro recuperado em 2002 veio de empresas devedoras, e 25% de pessoas.

O resultado obtido até agora, garante Brandão, é fruto da mudança de atitude dos procuradores da Fazenda que atuam no país. "Os advogados públicos deixaram de lado a função burocrática e estão com presença forte no fórum, acompanhando tudo de perto", explica ele. Diante de um quadro de pessoal de pouco mais de 600 procuradores em todo o país, metade do previsto pela lei, a orientação de Brandão foi para que dedicassem tempo

José varella 20.05.03



"OS ADVOGADOS PÚBLICOS DEIXARAM DE LADO A FUNÇÃO BUROCRÁTICA E ESTÃO COM PRESENÇA FORTE NO FÓRUM"

*Manoel Felipe Rêgo Brandão,
Procurador-geral da Fazenda Nacional*

e energia aos processos que dão retorno maior aos cofres da União e que envolvam grandes devedores. Se todos os procuradores do país tiverem de cuidar de todos os processos, cada um deles teria 6 mil processos sob sua responsabilidade.

Para aumentar a eficiência, diante de orçamento apertado e com pouco pessoal, a PGFN assinou um convênio com a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) para ter acesso aos precatórios pagos pela União. "Vamos cruzar os dados das pessoas e empresas que recebem dinheiro do governo com o nosso cadastro de devedores inscritos na Dívida (DAU). Não podemos deixar que a União pague para quem deve", disse ele.

Outra ação da PGFN é mudar

a Lei de Execução Fiscal, para que a União possa alcançar bens de devedores que estejam até em paraísos fiscais. O projeto, que deve ser apresentado ao ministro da Fazenda, Antônio Palocci, prevê o bloqueio generalizado dos bens de devedores. "Assim, a PGFN não terá de ir atrás do devedor. Mas ele é que virá atrás do credor, para poder liberar seus bens", explica. As mudanças também incluem o Código Tributário Nacional. A proposta da PGFN, entregue ao ministro, quer responsabilizar os sócios e diretores das empresas pela dívida, em caso de falência. "Não dá para ter empresa falida e sócios ricos. Hoje não conseguimos convencer o judiciário dessa necessidade", reclama o procurador-geral. (AC)